

Governo mantém plano de duplicar exportação

Metas, segundo ministro da Casa Civil, poderão, no entanto, "exigir esforço maior do setor"

GECY BELMONTE

BRASÍLIA – O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, disse que as medidas adotadas no ajuste fiscal não alteraram os planos do governo de duplicar as exportações até o ano 2002. Poderão, no entanto, "exigir um esforço maior do setor para aumentar suas vendas ao mercado externo". O ministro ressaltou que a meta de US\$ 100 bilhões traduz a expectativa de um resultado global a ser alcançado, o que significa que se um determinado crescimento não ocorrer em um período poderá ocorrer em outro.

A estimativa inicial, quando o Programa Especial de Exportações (PEE) foi criado, era de que houvesse um crescimento médio anual de 11% nas exportações. Com a crise internacional, que há um ano vem reduzindo o comércio internacional, no entanto, essa meta caiu para 6% a 7% anuais. Para este ano, contudo, mesmo esse crescimento de 6% já está sendo considerado difícil de alcançar, conforme admitiu o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros. A estimativa do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo é de que este crescimento seja reduzido a 4,5% ou 5% em relação ao ano passado, quando foram exportados US\$ 52 bilhões e registrado um déficit de US\$ 8,3 bilhões.

Clóvis Carvalho e José Roberto Mendonça de Barros reuniram-se

ontem com os gerentes temáticos e setoriais do Programa Especial de Exportação, com representantes do setor privado, a portas fechadas, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília. O secretário-executivo da Camex reforçou a afirmação do ministro Clóvis Carvalho e disse que, no curto prazo, a normalização dos financiamentos destinados à exportação dependerá preponderantemente do resultado do ajuste fiscal. A ampliação de recursos à exportação também depende, segundo ele, de uma maior disponibilidade dos recursos externos destinados a países emergentes e da renovação das linhas de crédito do Brasil com os bancos estrangeiros.

José Roberto Mendonça de Barros explicou que, no médio prazo, o governo trabalha para criar mecanismos de financiamentos às exportações menos dependentes do dólar naquelas linhas destinadas à produção interna de mercadorias exportáveis – "precisamos aumentar o crédito em real" – e na ampliação de recursos externos. No primeiro caso, citou a securitização de parte dos créditos domésticos de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) que financiam as operações de pré-embarque e, no segundo, a securitização de parte dos recebíveis dos exportadores brasileiros no mercado externo.

Com a securitização de recebíveis dos exportadores por meio de títulos a serem lançados em países desenvolvidos haveria, além de maior fluxo de recursos, uma redu-

ção do risco. "O risco passaria a ser do importador na medida em que os títulos fossem comercializados", ressaltou o secretário da Camex.

Clóvis Carvalho e José Roberto Mendonça de Barros explicaram que o encontro realizado na sede da CNI teve como objetivo fazer uma avaliação mais precisa do programa de exportação, na medida em que, agora, o projeto de gerenciamento integrado, que permitirá a interlocução dos 12 gerentes temáticos (do governo) com os 55 gerentes setoriais (do setor privado) foi concluído. Durante a reunião foram definidas algumas linhas bá-

sicas a serem seguidas dentro do PEE, para que o programa obtenha resultados mais eficazes.

Entre essas linhas básicas, José Roberto Mendonça de Barros destacou a necessidade de definir metas

precisas e que possam ser facilmente medidas para os valores exportáveis até 2002 e a orientação para que sejam criadas regras de exportação a partir de problemas reais. Como exemplo desse último caso, ele citou o Simplex (guia única para exportação de pequenos valores), criado há dois meses por causa do alto custo que os pequenos exportadores pagavam para realizar exportações de até US\$ 10 mil.

José Roberto Mendonça de Barros disse ainda, que também foi reafirmado na reunião com os gerentes, a necessidade de que a Camex seja mantida com uma estrutura "enxuta" para que as decisões possam ser descentralizadas. (AE)

EM 97,
FORAM
EXPORTADOS
US\$ 52 BILHÕES